



CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E (RE)CENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS: O CENTRO DA CIDADE DE NOVA CRUZ-RN COMO REFERÊNCIA DE ANÁLISE

Severino Alves Coutinho
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Pernambuco, Brasil
couthogeografia@gmail.com

RESUMO – O artigo em pauta visa compreender os processos de centralização, descentralização e (re)centralização das atividades terciárias do centro da cidade de Nova Cruz-RN, enquanto expressões da centralidade intraurbana. Esta decorre da presença de elementos materiais e imateriais que produzem fluxos e impulsionam as relações na escala local. Ademais, a dinâmica da cidade não se limita apenas a um ponto ou nó onde se concentram produtos e pessoas, assim como sua centralidade não se refere unicamente ao antigo centro, mas também a outras áreas que se especializam para atender as demandas da sociedade. Para entender essa realidade, teve-se como procedimento um estudo teórico, pautado num referencial pertinente a temática proposta, tendo se utilizado também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como fonte de pesquisa para identificar empresas ou instituições que ainda permanecem no centro da cidade. Pela análise da pesquisa, fica claro que a funcionalidade desse espaço depende do desenvolvimento de suas atividades, pois estas, podem ser ampliadas, descentralizadas ou se recentralizar estrategicamente.

Palavras-chave: Dinâmica; Espaço; Centralidade intraurbana.

CENTRALIZATION, DECENTRALIZATION AND (RE)CENTRALIZATION OF TERTIARY ACTIVITIES: THE CITY CENTER OF NOVA CRUZ-RN AS A REFERENCE FOR ANALYSIS

ABSTRACT – The article at stake aims to understand the processes of centralization, decentralization and (re)centralization of tertiary activities in the center of Nova Cruz-RN, as expressions of intra-urban centrality. This stems from the presence of material and immaterial elements that produce flows and drive relationships on a local scale. Moreover, the dynamics of the city is not limited to just a point or node where products and people are concentrated, as well as its centrality does not only refer to the old center, but also to other areas that specialize in meeting the demands of society. To understand this reality, a theoretical study was carried out, based on a pertinent reference to the proposed theme, having also used the Brazilian Institute of Geography and Statistics (BIGS), as a research source to identify companies or institutions that remain in the city center. By the analysis of the research, the functionality of this space depends on the development of its activities, as these can be expanded, decentralized or strategically recentralized.

Keywords: Dynamics; Space; Intraurban centrality.

INTRODUÇÃO

Estudar sobre o centro e suas expressões de centralidade no âmbito de uma cidade se constitui num importante instrumento de análise para a Geografia, considerando os processos de centralização, descentralização e (re)centralização das atividades e, desta forma, a formação e redefinição de novas centralidades no espaço urbano.

A temática em questão está pautada numa abordagem que visa entender a dinâmica do centro da cidade e suas expressões de centralidade, com ênfase no setor terciário. Nessa perspectiva, torna-se relevante discutir essas transformações que incidem em novas formas e novos processos de centralidade a partir do centro da cidade. Tais processos, determinados pelas atividades econômicas, geram mudanças e introduzem novos significados na estruturação da cidade, caracterizados por diversas formas de centralidades intraurbanas, enquanto expressões resultantes de investimentos públicos e/ou privados em diferentes áreas da cidade.

A dinâmica do centro da cidade de Nova Cruz, no estado do Rio Grande do Norte, sempre esteve diretamente relacionada a elementos funcionais urbanos, como o comércio, a exemplo da feira, das lojas e supermercados, bem como ainda dos serviços, que atraem pessoas residentes em outros bairros, assim como também de outras cidades, para o consumo destas atividades presentes neste espaço.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho permite compreender a importância do centro da cidade, enquanto local de influência que pode gerar novas centralidades, tendo em vista que o surgimento destas expressões tem ligação com as demandas existentes e geram uma dinâmica a partir das atividades instaladas em novas áreas, interferindo na reestruturação local, através das estruturas funcionais de comércio e serviços, cujos reflexos dão maior conotação quanto a articulação entre os diferentes pontos do espaço urbano.

Metodologicamente, para a estruturação deste artigo, utilizou-se como procedimento, referências bibliográficas pertinentes a temática proposta, numa perspectiva de melhor embasar a discussão e, deste modo, compreender os processos de transformação e mudanças que se deram neste espaço da cidade. Outra fonte de pesquisa contemplada foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afim de verificar as empresas ou instituições instaladas no centro da cidade e, desta forma, identificar as atividades que fazem deste espaço um lugar de fluxos e de centralidades.

CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E (RE)CENTRALIZAÇÃO: EXPRESSÕES DA CENTRALIDADE INTRAÚRBANA

Os conceitos de centro e centralidade urbana constituem importantes instrumentos de análise e de compreensão da cidade, como objeto material historicamente produzido pelas relações sociais. Nesse sentido, buscou-se neste trabalho abordar sobre a dinâmica do centro, enquanto local de polarização no espaço intraurbano, para onde convergem fluxos de pessoas e mercadorias. Essa dinâmica, pode inclusive, gerar novos centros, sob novas formas e estratégias de localização e funcionalidades, tendo em vista os processos de centralização, descentralização e recentralização de atividades, por vezes, impulsionados por uma reestruturação da cidade, que se manifesta sob diferentes condições e múltiplas centralidades.

Nessa perspectiva, tem-se como premissa que o centro é a forma dotada de certos contornos e onde se expressa finalidades/funções e a centralidade é o processo que demanda relações entre um ponto e outro conforme a estrutura organizacional num dado contexto espacial.

De acordo com Santos (2014), a forma se define pelo aspecto visível e refere-se ao arranjo ordenado dos objetos, ou seja, de um padrão; a função é caracterizada por uma tarefa ou atividade inerente a uma forma, instituição ou pessoa; a estrutura corresponde a interrelação entre as partes de um todo, referindo-se ao modo de organização ou construção de um dado contexto espacial, e, por fim, o processo consiste numa ação contínua e desenvolve-se em direção a um resultado, implicando tempo e mudança. Ainda sobre processos e formas, Correa (2000, p. 37) enfatiza que

Entre processos sociais, de um lado, e as formas espaciais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças

atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população nas cidades. São os processos espaciais responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. Acrescentar-se ia que os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade.

Ao abordar o espaço urbano, Corrêa (2000) assim classifica os processos espaciais e suas respectivas formas: centralização e área central; descentralização e núcleos secundários; coesão e áreas especializadas; segregação e áreas sociais; dinâmica espacial da segregação; inércia e áreas cristalizadas.

Para o referido autor (2000), os processos e as formas espaciais não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro. Assim, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que ocorre a descentralização, originando subcentros, pode estar em curso um processo de segregação, com o surgimento de novos bairros, criados para atender a um determinado grupo da sociedade. Essa dinâmica ocorre no espaço da cidade, considerando suas formas, as atividades desenvolvidas e a própria sociedade e pode ser entendida a partir do centro enquanto forma, base territorial concreta do espaço urbano, gerador de centralidades.

Segundo Lefebvre (1999, p. 93), “Não existe cidade, nem realidade urbana sem um centro. Mais que isso, o espaço urbano, é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas”. Assim, o centro é entendido como uma realidade material historicamente produzida, desde o início da formação da cidade até o período atual e, por mais que sua estrutura ou funções tenham mudado, ainda expressa significativa importância no contexto urbano.

A centralidade, por outro lado, depende da materialização do centro e só se consolida quando esta área apresenta densidade de fixos, estabelecendo uma atração, e um fluxo que se dispersa e volta a se concentrar, como um ciclo que se repete pela capacidade de polarização que o lugar exerce.

A nova dinâmica envolvendo o centro é acompanhada pela redefinição de suas funções, embora este seja preservado como símbolo e marco principal da cidade, identificado pelos fatos históricos que retratam a origem, a formação e a organização social urbana. Nas palavras de Castells (2014, p. 314):

Estas caracterizações prematuras têm apenas a finalidade de mostrar até onde vai a divergência entre concentração de certas funções no espaço e o papel central de uma parte da cidade com relação ao conjunto da estrutura urbana. Da mesma maneira que atualmente admite-se que o centro urbano não tem nada a ver com a centralidade geográfica numa área urbana, e que esta posição central quando ela existe, é o resultado de um processo funcional, deveria ser igualmente entendido que a concentração de certas funções e sua equidistância aproximativa com relação ao aglomerado são apenas as consequências de um processo específico: o da expansão urbana acelerada segundo as leis do mercado.

Assim, o desenvolvimento diferenciado na escala da cidade é um fato e demonstra que o contexto urbano contemporâneo está sujeito a constantes interferências e mutabilidade, graças as transformações na estrutura urbana e na articulação das atividades econômicas no interior do espaço urbano, apontando para uma centralidade que não se remete mais a um único ponto, mas que pode se manifestar em lugares distintos, próximos ou distantes do centro.

Nesse processo, não há uniformidade em termos de crescimento e/ou desenvolvimento. Cada parte ou fragmento da cidade apresenta peculiaridades e diferenciações em termos de relações e de centralização de atividades, já que estas não abrangem o tecido urbano em sua totalidade.

Dessa forma, a centralização está relacionada a seletividade e a acessibilidade de diferentes pontos da cidade com poder de concentrar e dinamizar as atividades comerciais e de serviços. Sob esses aspectos, o desenvolvimento relativo aos setores produtivos se dá em locais específicos e funcionalmente articulados e, ainda, de acordo com o mercado e a variabilidade econômica. E no que tange a descentralização das atividades,

um dos fatores importantes continua a ser as deseconomias de aglomeração, mas que articulam-se ainda, à ação de incorporadores, promotores imobiliários, proprietários fundiários e uma elite especulativa que detém poder econômico e apoio do poder público, que influi ou mesmo defini áreas onde outras centralidades serão criadas (FRESCA, 2013, p. 55).

Assim, o centro da cidade ao atingir um considerável grau de complexidade, dada a centralização e maximização de funções, extrapola o que lhe seria específico (o poder de atração, proximidade e visibilidade). Isso ocorre, principalmente, quando as demandas superam as condições suportáveis ou algum tipo de serviço não mais é viável nessa parte da cidade, sendo verificável uma descentralização de atividades a serem alocadas espacialmente em outros pontos estratégicos da estrutura urbana. Para Santos (1989, p. 193),

Fenômenos de dispersão podem ocorrer: se uma cidade atinge, em alguns bairros centrais, uma densidade demográfica e econômica importante, criam-se centros secundários para a distribuição de mercadorias ou de serviços. Pode suceder, igualmente, que a cidade, durante seu crescimento, tenha englobado pequenos centros semi-urbanos ou antigos subúrbios, que se transformaram em centros secundários.

Tal abordagem sugere um novo entendimento sobre a cidade e os níveis de centralidade por ela alcançados, através do centro principal ou espaços centrais adjacentes que apresentam melhor densidade técnica e intensidade funcional no conjunto da área urbana.

Nesse sentido, o espaço urbano e sua expansão segue um curso, no qual sua configuração física é fragmentada em termos de acessibilidade espacial, conforme a estrutura e a complexidade da produção no centro, em detrimento das áreas periféricas. Essa condição espacial evidencia que as formas físicas têm uma relação direta com a centralidade e a densidade de pessoas. Estes fatores imprimem diferenciações no interior do espaço, promovendo concentração e, por vezes, desconcentração, mas sempre priorizando a ocupação locacional que fundamente a descentralização, baseada na mobilidade econômica.

A instalação de atividades no centro está relacionada às condições de infraestrutura e a articulação que o espaço oferece, ao passo que o desaparecimento ou diminuição da capacidade de polarização é acompanhada pelo aparecimento e ampliação da produção em outras partes do território.

Nesse processo, a descentralização de lugares centrais se dá com base na divisão de parte de suas funções com outros locais da cidade que recebem a implantação de equipamentos urbanos que promovem atratividade. Nessa direção, Spósito (2001, p. 236) salienta que:

O aumento do número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômico-territoriais correlatas entre si: a da descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a recentralização dessas atividades. Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal.

A tendência a descentralização aponta para a produção de uma cidade cujo parâmetro de organização nem é estável e nem está acabado. Nessa perspectiva, verifica-se a ocupação de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades de comércio e serviços, em caráter

permanente, mas também flexível, isto é, ocupações que podem ocorrer em algumas áreas da cidade e durar apenas algumas horas.

Assim se manifesta a centralidade a partir dos fluxos e da dinâmica dada a um ponto específico da cidade. Tal fenômeno se expressa buscando expandir seu raio de influência em escalas cada vez mais ampliadas, sendo este um fator importante no estabelecimento desse processo que não se remete apenas ao que está fixo, mas também varia no espaço e no tempo, inclusive no intervalo de um único dia, podendo situar-se em horários e lugares diferentes. Sob este olhar,

É ainda importante ressaltar que as centralidades que se expressam de forma a ampliar a espacialidade urbana podem representar modificações em certas escalas temporais, sendo que são baseadas não apenas no que está fixo/estático, mas pelo que se movimenta/cinético, ou seja, nos fluxos. Desta forma, encontramos as centralidades que variam num mesmo dia com o encerramento do horário de funcionamento de atividades comerciais no centro tradicional, e no prolongamento do funcionamento de um shopping center, a título de exemplo (SILVA, 2003, p. 30).

De fato, a cidade associada à formação de lugares diferenciados é um fenômeno em evidência e explica as aceleradas transformações na estrutura urbana, com espaços justapostos, mas separados pelo seu grau de desenvolvimento. Neste caso, a padronização espacial da cidade é destinada ao funcionamento de uma centralidade marcada pelos atributos dados a um lugar e a outro não, o que condiciona a uma distinção espacial tanto em relação a quantidade como a qualidade e intensidade das relações. Sobre essa mudança, Whitacker (2003, p. 222) afirma não ser:

[...] mais o centro (uma forma urbana relacionada à concentração de atividades, dotada de relativa complexidade dentro da estrutura urbana e associada com a concetricidade de deslocamentos e fluxos), mas uma estrutura policêntrica e organizada em função dos eixos de circulação. Portanto, essas novas formas urbanas não se constituem primordialmente em função da confluência de eixos (concentricidade), e sim em função dos fluxos possíveis ou existentes nos eixos. O que denota também um determinado sentido dessa concentração, observando-se que ela existe em função de um fluxo concretizado ou solvável de trânsito (principalmente para as atividades comerciais e de serviços) e de acessos (para todos os usos).

A concentração de atividades não é o único fator responsável pela dinâmica do centro. Esta deriva de um conjunto de fatores que permitem a acessibilidade e formam eixos de circulação de transportes, pessoas e mercadorias. Em outras palavras, tem-se uma mútua relação entre os pontos ou nós oriundos dessa configuração, pois, a integração não se dá necessariamente entre o centro e as áreas que foram beneficiadas a partir de sua descentralização. Também ocorre entre essas áreas, já que os fluxos não se definem e nem se limitam a uma única direção, mas se nutrem da diversidade locacional e dos principais eixos de circulação.

Mediante essa realidade, entende-se que, ora o centro influencia, ora é influenciado; às vezes centraliza e expande determinadas funções, em outras se retrai, ou ainda, pode, a partir de investimentos em infraestrutura e atividades econômicas, retomar seu antigo *status*.

Ao escrever sobre as políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro, Santos (2005) aponta que diversas cidades já implementaram em suas áreas centrais práticas intervencionistas, buscando uma renovação urbana e um maior incremento econômico. Essas práticas baseiam-se em políticas urbanísticas de recentralização e desenvolvimento econômico terciário (de produção e consumo). Tal dinamismo é notadamente percebido pela atração de empreendimentos representativos para os locais contemplados pela requalificação urbana e pelas mudanças na estrutura interna das cidades.

Nesse contexto, assim como ocorre a descentralização e a recentralização em novas áreas, também há a (re)estruturação do espaço que perdeu significado na cidade. Este poderá retomar sua expressão mediante investimento capaz de fazê-lo novamente figurar como local de articulação e de fluxos, em consonância com o planejamento urbano contemporâneo.

Pensar na recentralização significa ter um olhar voltado para as temporalidades, as formas espaciais urbanas e os conteúdos resultantes desse processo. Sob estes aspectos, procede uma abordagem que melhor explica esse fenômeno urbano na atualidade, pois o investimento direcionado a uma reaglomeração de funções em local anteriormente considerado central, engloba um conjunto de ações, atividades e pessoas, capazes de propiciar uma funcionalidade intrínseca ao centro.

Assim, as transformações na organização do espaço interno da cidade, em particular, na parte principal, não se dão por acaso, mas em razão da revalorização e do prestígio dado ao retorno às práticas exercidas por agentes sociais e econômicos ao longo do tempo. Essa mudança interfere no restante da cidade que passa a se adequar ao novo estágio ou permanência de um quadro já vivenciado pela sociedade.

Em seu artigo sobre a “recentralização e os serviços na cidade do Rio de Janeiro”, Pacheco (2005) afirma que há no centro da cidade evidências de que o processo de terciarização tem repercutido na dinâmica do território, recompondo-o com base nos limites intrínsecos ao estágio de desenvolvimento em que a sociedade local se encontra. Na escala do centro, é possível definir uma complexidade referenciada pelas determinações externas. Além disso, a tradição de centralidade na área central constitui um elemento para a instauração de um modelo de recentralização capitaneado pelas firmas e instituições que resistiram em sua posição no *ranking* empresarial do Rio de Janeiro, completando a ação na esfera da política de revitalização das atividades que reafirma as qualidades do centro histórico e do espaço público. Em síntese, o processo de recentralização reforça os espaços das firmas e das instituições, que reúnem um conteúdo de tipos de trabalho e categorias profissionais que se combinam funcionalmente no âmbito da produção e consumo, favorecendo novas formas de convivência no espaço.

O papel desempenhado pela revitalização do espaço é fundamental na recomposição do centro e repercute culturalmente na produção e no consumo e, conseqüentemente, na vida das pessoas da cidade que circulam pelo local. Esse contínuo movimento está integrado entre vias que impulsionam a flexibilização de atividades a serem instaladas novamente na área tradicional. Obviamente que esse fato não é acompanhado apenas por atividades comumente consumidos pela sociedade, mas também setores produtivos e inovadores na composição da recentralização do centro, o que se configura como um processo de revitalização.

A título de exemplo sobre área recentralizada, Coutinho (2013), em estudo sobre a cidade de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, analisou a Rua Dr. Pedro Velho, situada no Centro. Esta rua, que é considerada antiga e de função comercial, passou por mudanças quando o mais importante evento que nela ocorria - a feira semanal, juntamente com alguns estabelecimentos, foi transferida para a Rua Industrial José de Brito, localizada no bairro São Sebastião, que se firma como nova área de consumo e de centralidade urbana.

A transferência dessas atividades comerciais foi entendida como um processo de descentralização. Todavia, a Rua Dr. Pedro Velho, no centro da cidade, foi alvo de uma política de revitalização por meio de investimentos em seus aspectos paisagísticos, que propiciaram a iluminação e arborização nas largas calçadas, tornando o lugar mais atrativo para os consumidores. A partir disso, essa via foi sendo paulatinamente reocupada por estabelecimentos comerciais que restabeleceram a sua condição de centro (Figura 1).

Essa política voltada aos aspectos de qualidade e de conservação do espaço público é uma forma de assegurar a acessibilidade e a dinâmica do lugar. Essa dinâmica depende das relações com áreas internas e/ou externas ao espaço da cidade. Assim, o que é externo ao centro, nem é antagônico, nem é complemento; é simplesmente parte constituinte, sem o qual não haveria interação ou interdependência entre as forças internas e as advindas de fora. Tal processo é representado pelos agentes econômicos ligados às transformações técnicas e a capacidade de operar segundo a forma de concentração de capital e de investimentos.

Figura 1. Rua Dr. Pedro Velho, centro, Nova Cruz-RN

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Cruz-RN, 2008.

Uma outra situação peculiar ao centro da cidade de Nova Cruz, diz respeito a sua tradição enquanto capital simbólico e histórico do artefato urbano, onde geralmente se localiza a igreja matriz e se instalam as primeiras instituições públicas, em nível cultural e administrativo, dando impulso ao surgimento de negócios, trabalho e consumo vinculados a sua centralidade.

Partindo disso, pode-se afirmar que o centro tem um papel significativo na estruturação da cidade, definindo-se como o local de concentração dos fixos e de convergência dos fluxos, tendo em vista os primeiros equipamentos urbanos instalados de natureza cultural e socioeconômica e que exerce influência sobre as demais áreas da cidade.

Estudo sobre Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, realizado por Milani e Silva (2009), aponta que o Centro Principal se destaca pelos serviços e tipos de estabelecimentos comerciais, sendo estes os principais fatores que exercem atração nas pessoas para a área. Salienta que a cidade passou, a partir da década de 1990, por um processo de (re)estruturação urbana, decorrente da implantação de indústrias, que promove mudanças tanto econômicas como no conteúdo físico e social da cidade. Afirmam, ainda, que apesar da cidade possuir quatro centros secundários, o centro principal exerce a centralidade mais importante e apresenta diversos processos urbanos: coesão, áreas cristalizadas e uso privado de lugares públicos, demonstrando uma (re)estruturação da cidade, a partir de sua expansão, derivada sobretudo do aumento da demanda de consumidores de serviços e mercadorias no contexto intra e interurbano.

Nessa ótica, o centro se qualifica e representa o nó no sistema de circulação da malha urbana, integrando-se a pontos complementares e territorialmente fragmentados político e economicamente e, ao mesmo tempo, articulados em função da dinâmica local e das relações socioespaciais.

Assim, conforme o crescimento da cidade, surgem novos arranjos espaciais situados territorialmente em locais apropriados a concentração e a dinâmica de empreendimentos com potencial de alcançar grande número de consumidores, que atualmente não frequentam apenas a área central, mas outros lugares de localização privilegiada e em condições de articular-se e impor centralidades. Nesses locais estão agrupados diversos estabelecimentos, ora por conta do fenômeno da descentralização do antigo centro tradicional, ora em razão do surgimento de novos produtos e atividades, até então, uma novidade no mercado, o que evidencia a fragmentação e a centralidade de espaços cada vez mais vulneráveis à ação capitalista.

Nessa análise relativa a centralização de atividades, há também uma significativa representatividade na concentração de produtos diversos localizados em um mesmo ambiente, como os shoppings, que agregam consumidores de considerável poder aquisitivo para fazer uso do que está em oferta nas lojas, nos espaços de alimentação, cultura e lazer e nos departamentos de serviços. Essa variabilidade de funções costuma influenciar e desenvolver na área ou bairro onde esses equipamentos urbanos estão instalados, uma dinâmica provocada pela acessibilidade e atração que o lugar oferece, ensejando elementos materiais (produtos) e bens imateriais (conforto e segurança), definido pelos investimentos e por uma parcela da sociedade que desfruta de total privilégio de consumir e tornar dinâmico o espaço.

As transformações que ocorrem no espaço são marcadas, dentre outras características, pela acentuação das polarizações econômicas e fragmentações sociais, com o aumento da segregação territorial e, em parte, como consequência da periferização da residência e do emprego. Todavia, são igualmente visíveis os sinais de um aparente retorno ao ponto principal da cidade, contemporâneo da revalorização do tecido antigo e do papel do espaço urbano consolidado, onde o centro (dito tradicional) assume um papel estratégico de maior significado, como espaço multifuncional potenciador da troca e do encontro e enquanto símbolo fundamental na identificação de um vasto território e de um considerável número de pessoas (FERNANDES, 1994-1995).

Não obstante, a centralidade é alterada pelas mudanças impressas no território e demarcadas pela seletividade do lugar e do uso do solo urbano. Isso porque o ponto do espaço que reúne determinados atributos pode apresentar centralidade, que no passado só era possível ao centro. Hoje, a cidade não tem apenas um ponto ou nó que concentra objetos materiais e pessoas, assim como sua acessibilidade não diz respeito unicamente a área principal, mas também a outros espaços que se especializam em determinadas funções, pois a centralidade sofre variações, inclusive no centro, onde as atividades podem ser ampliadas, descentralizadas ou se recentralizar estrategicamente.

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS DO CENTRO DA CIDADE

A cidade, enquanto espaço do cotidiano, se caracteriza pela dinamicidade e mutabilidade. Essa metamorfose urbana é contínua e está associada ao modo de vida em um dado tempo específico. Nessa perspectiva, a cidade “[...] é sempre uma organização dinâmica, de alto poder concentracional, que cria, no entanto, a cada momento, uma produção espacial que lhe seja peculiar” (CARLOS, 2015, p. 65).

Acrescente-se, ainda, o fato de que o desenvolvimento do comércio está atrelado a todas essas mudanças, acarretando intensos impactos a partir da reorganização que se estabelece em cada lugar e de acordo com a hegemonia do poder econômico. Para Beaujeu-Garnier (1997, p. 211),

Se nem todas as cidades são [...] filhas do comércio (porque há também administrativas, industriais, entre outros tipos), nenhuma, em todo o caso, se pode vangloriar de escapar a sua presença e a sua influência; nenhuma pode passar sem intercâmbio, por vezes criador e motor de crescimento urbano. Esta necessidade funcional existe há vários níveis e sob diversas formas: intermediária entre o

exterior longínquo e o arrière-pays para a coleta e a distribuição de bens, centro de trocas para a sua própria população, a cidade possui organizações complexas, variáveis segundo as condições políticas e o nível técnico-econômico dos espaços considerados.

Tal especificidade não está associada apenas a estrutura interna, mas, sobretudo, aos fatores exógenos responsáveis pela dinâmica da malha urbana. Por outro lado, a natureza desse fato proporciona novas experiências ao revelar processos de concentração e desconcentração no interior do espaço urbano.

Em Nova Cruz, o setor terciário é caracterizado por atividades que dinamizam o espaço local e expressam dimensão regional, sendo o comércio bastante diversificado, com duas possibilidades de comercialização de mercadorias, uma varejista (lojas e supermercados) e outra atacadista (distribuidoras de alimentos e bebidas). A primeira sendo mais comum entre consumidores que compram produtos em pequena escala, enquanto que a segunda diz respeito ao consumo de grande quantidade de produtos, geralmente utilizados para a revenda, inclusive por comerciantes residentes em outras cidades.

No que tange aos serviços, Nova Cruz conta com o escritório regional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), uma Central do cidadão, a 3ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outras atividades, situadas tanto no centro da cidade como em diferentes bairros.

O centro da cidade sempre cumpriu papel importante no contexto da dinâmica urbana, tendo em vista significativa concentração de atividades nessa área do espaço urbano. Entre as atividades funcionais, algumas permanecem, outras entretanto, passaram a se instalar em outros bairros, impactando diretamente na descentralização do centro, mas não a ponto de perder sua atratividade enquanto espaço que ainda concentra pessoas, graças aos serviços ainda presentes no local.

Um dos exemplos mais emblemáticos da centralização do centro diz respeito a feira livre municipal, evento que sempre expressou centralidade no contexto da cidade, atraindo pessoas semanalmente para o espaço onde se estabelecia. Esta, devido sua importância, adquiriu uma dimensão regional.

Essa forma comercial impulsionou o surgimento ou simplesmente a instalação de outras atividades no centro, dentre elas, a presença de supermercados e diversas lojas comerciais, principalmente, de móveis (Figura 2).

A feira funcionava na rua Dr. Pedro velho, onde se aglomerava significativa quantidade de pessoas da cidade e da região que para ela vinha em busca de produtos diversos. A mudança para outro bairro da cidade, teve como justificativa de que tal evento seria mais promissor em um novo espaço com melhor infraestrutura, tanto é que no local foi construído em 1992 um grande mercado público, mesmo ano em que a feira é transferida para a nova via. Segundo Coutinho (2013, p. 64),

A efetiva implantação do mercado e, em consequência disso, a vinda da feira, causou impactos positivos, devido à circulação de produtos e aumento no fluxo de pessoas durante toda semana, principalmente nas segundas e quintas-feiras. Isso porque, ao transferirem a feira da Rua Dr. Pedro Velho para Industrial José de Brito, já existia o comércio de feira desenvolvido nas quintas-feiras, porém de menor expressão, comparando a chegada desse mesmo tipo de fenômeno no início da semana, melhor organizada e com maior variedade de mercadorias que se estendem pelo mercado e por essa via.

Figura 2. Feira livre na rua Dr. Pedro Velho, Centro, Nova Cruz, RN – anos 40

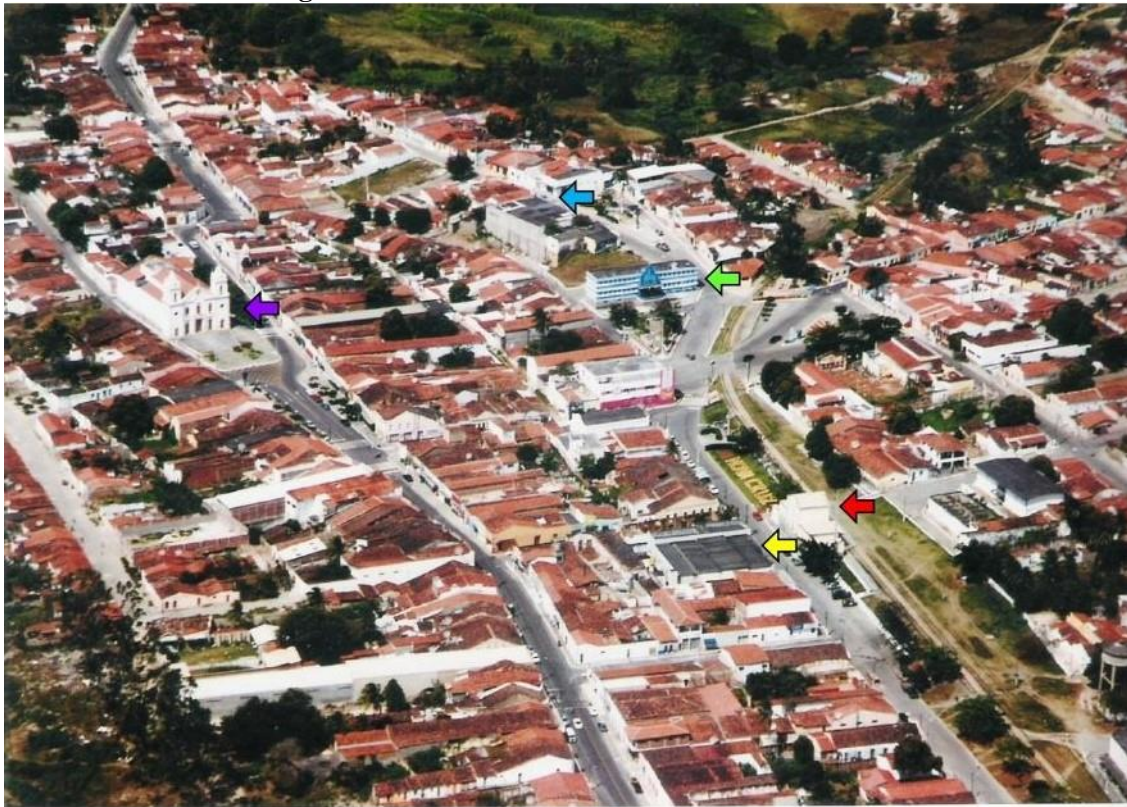
Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz.

O novo local para onde a feira passa a se instalar é denominado Rua Industrial José de Brito, no bairro São Sebastião. Neste bairro ocorre, portanto, a partir da década de 90, uma maior concentração de atividades comerciais, inclusive, porque novas lojas e supermercados passaram a funcionar neste espaço em torno deste tipo de comércio tradicional, ocorrendo desta forma uma centralização de atividades neste local e, por conseguinte, uma descentralização do centro, ocasionada pela saída deste evento.

Outros setores de atividades que sempre marcaram destaque no centro refere-se as escolas particulares e escolas públicas e, ainda, o Núcleo Superior do Agreste (NESA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente com cursos de graduação na modalidade a distância. O centro ainda conta com a presença da Rádio Curimataú, cartórios, o Oitavo Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o Centro Administrativo Municipal e as agências bancárias.

Dentre essas atividades terciárias presentes no centro da cidade, destacam-se, ainda, as atividades educacionais e os serviços bancários. Segundo o IBGE (2021), a cidade de Nova Cruz conta com três agências bancárias, todas no centro. Essas instituições financeiras dinamizam o espaço e mantêm a centralidade do bairro, atraindo, inclusive, pessoas de cidades circunvizinhas, onde não se tem essa mesma funcionalidade (Figura 3).

Além de alguns elementos da paisagem urbana localizados no centro da cidade, como a igreja, a prefeitura municipal e a casa de cultura, tem-se, entre outras atividades, os serviços bancários que cumprem importante função em termos de centralidade expressa pelo terciário superior. Segundo Rochefort (2003, p. 116), há “[...] uma diferença bastante importante entre as zonas que vão concentrar todas as atividades de decisão, todo esse terciário superior, e o resto do espaço [...], quer dizer, o espaço que recebe as decisões da região onde se encontram e se concentram as atividades de decisão”.

Figura 3. Centro da cidade de Nova Cruz-RN

← Banco do Brasil
 ← Caixa Econômica Federal
 ← Prefeitura Municipal
← Igreja Matriz
 ← Casa de Cultura

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Nova Cruz, 2008.

O centro, que inicialmente apresenta maior funcionalidade em razão da existência do comércio e dos serviços, expressa intrínseca relação com a centralidade, ao gerar fluxos de pessoas e maior adensamento de redes de transportes, devido à disponibilidade de atividades econômicas diversas, o que atrai mais consumidores.

Nesse sentido, em nível da cidade, enquanto as instalações comerciais passaram a se concentrar, principalmente, no Bairro São Sebastião, os serviços, em parte, ainda permanece no centro. Assim, entende-se que nas áreas localizadas em pontos do território, dito periféricos, coexistem em períodos distintos, ora a dependência, ora a influência do centro; a princípio, devido a centralização dos negócios e, posteriormente, em decorrência do processo de descentralização, ocorreu uma tendência a especialização em relação a outras áreas da cidade.

Souza (2009, p. 39), ao fazer uma leitura da cidade, afirma que “a concentração de atividades não é homogênea na Área Central”, mas existe um local de maior concentração do comércio e dos serviços, chamado Central Business District (CBD). Neste se aglomeram inúmeras atividades importantes para a população, particularmente aquelas de maior complexidade funcional. O solo urbano torna-se uma mercadoria de alto valor, tanto que se repele a função residencial favorecendo a comercial ou de prestação de serviços na perspectiva de satisfazer necessidades e, ao mesmo tempo, proporcionar lucros. Sobre esse fato, Beaujeu-Garnier (1997, p. 391) expõe que:

O centro de negócios é a própria expressão do poder urbano, o coração vivo da cidade. Pela sua localização e extensão, pelos tipos de atividades nele concentrados, o estado de modernização ou de abandono que revela, os trabalhos

que lhe asseguram a permanência, o progresso ou a reconquista, o centro de negócios traduz as fases da vida urbana, a sua continuidade ou alternância, os efeitos da política administrativa, assim como os das capacidades locais, nacionais e, por vezes, internacionais.

Assim, a dinâmica dos negócios e o grau de funcionalização de algumas atividades pode extrapolar a área local, produzindo novas centralidades através da dispersão do comércio e dos serviços. Todavia, essa dinâmica não significa necessariamente o desaparecimento do antigo centro, mas pode contribuir para a diminuição de seus fluxos, em decorrência de modificações na estrutura urbana, que se manifestam segundo as condições locais e os fatores externos responsáveis pela produção desse fenômeno. Logo,

Na estrutura tradicional da metrópole moderna com um centro único, temos o tradicional CBD, que polarizava toda a área metropolitana e que, portanto, representava uma centralidade para todos os habitantes da metrópole e uma série de subcentros, com suas especificidades sócio-espaciais, que abrangem uma menor área, estando subordinados ao centro principal. Na estrutura que se desenha na atualidade temos uma multiplicidade de centros, planejados ou não, em geral especializados e diferenciados tanto no que diz respeito à funcionalidade – o tipo de atividades que incorporam – e no que diz respeito aos grupos sociais que atendem (SILVA, 2013, p. 6).

Para o referido autor, se no primeiro momento os novos centros, embora competindo com o CBD não chegam a desafiar a sua posição, podem até subordinar o núcleo principal. Configura-se, assim, uma estrutura com o centro principal e um ou mais centros secundários, que podem ou não ter uma posição hierárquica superior ao primeiro (SILVA, 2013).

Nesse sentido, é preciso considerar que qualquer ponto da cidade que eventualmente torna-se centro está associado a centralização de funções. Desse modo, centro e centralização estão diretamente imbricados, pois a instalação de fixos impulsiona fluxos, como a circulação de mercadorias e serviços pelo espaço urbano. Destaca-se o papel da acessibilidade que os lugares oferecem, sem a qual não seria possível e nem viável a instalação das atividades econômicas em diferentes áreas urbanas. Para Pintaudi (2005, p. 155),

[...] a centralidade, conquanto se afigure um princípio constitutivo no plano do espaço urbano, é preciso destacar, incessantemente, que a troca de produtos sempre esteve associada a ela. Os lugares escolhidos para a troca de produtos comumente implicaram situações estratégicas. Em outras palavras, a atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade.

Dessa forma, as atividades comerciais localizadas em áreas pontuais da cidade expressam a capacidade de polarização que o local oferece, permitindo o surgimento de outros setores de atividades econômicas que podem complementar e impulsionar a centralidade. Além da diversidade comercial e da gama de serviços que podem existir numa área, é importante verificar as condições de localização e de funcionalidade, ou seja, a dinâmica que envolve as atividades, analisando sua variabilidade conforme as mudanças nos hábitos de consumo da população.

Assim, as estratégias relativas às questões econômicas e locacionais são fundamentais na articulação entre um e outro espaço a partir do setor terciário e de sua interferência na estrutura urbana, reforçando a centralidade de um ponto ou criando novos centros no tecido citadino.

Nesse sentido, a centralidade se exerce em função da concentração do comércio e serviços que determinado espaço urbano passa a oferecer, em geral, em suas vias expressas de circulação - eixos articuladores do espaço, que favorecem o fluxo da população e de mercadorias entre as cidades de uma determinada região. E é a partir do crescimento das cidades que,

[...] sua produção e reestruturação devem ser analisadas tendo como ponto de partida o núcleo central e seu papel no interior urbano. A centralidade ou as multicentralidades reforçam a descentralização do comércio e de serviços – atividades tipicamente centrais – nessa área ao passo de reproduzi-la, recriá-las ou localizá-las em outras áreas das cidades, por meio do surgimento de funções comerciais relevantes na dinâmica econômica das cidades e na vida de seus moradores (FRANÇA; SOARES, 2007, p. 82).

Assim sendo, deve-se considerar o setor terciário como elemento importante na compreensão dos processos espaciais e como um dos fatores para o entendimento da dinâmica da centralidade urbana. Em “relação ao nível econômico a centralidade exprime uma certa correlação dos diferentes elementos econômicos da estrutura urbana (produção, consumo, troca) bem como as relações internas de cada elemento” (CASTELLS, 2014, p. 315). Esse processo é resultante da concentração e maior variedade em atividades terciárias que expressam centralidades e se dispersam pelo espaço da cidade, buscando a otimização e reprodução destas, não só em âmbito local, mas também em nível regional.

Na concepção de Corrêa (2005), dois conceitos são importantes para entender a dinâmica econômica das atividades e como essas se expressam na cidade: alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo. Para o referido autor (2005, p. 57-58)

O alcance espacial máximo define a área determinada por um raio a partir de uma dada localidade central. Dentro dessa área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central, visando a obtenção de bens e serviços. Para além dela, deslocam-se para outros centros que lhe estão mais próximos, implicando, assim, em menores custos de transporte ou em menor tempo gasto. O alcance espacial mínimo, por outro lado, define a área em torno de uma localidade central que engloba o mínimo de consumidores suficientes para que um dado comerciante nela se instale.

Desse modo, tanto o alcance espacial máximo quanto o alcance espacial mínimo variam de acordo com os bens e serviços, como também em função do nível de demanda da população, densidade demográfica, renda e padrão cultural. De modo simplificado, considera-se que a área mais bem equipada influencia as que apresentam menor dinamicidade em termos de economia terciária.

A partir desse entendimento, nota-se que entre os elementos que impulsionam a centralidade, tem-se as vias de transportes necessárias ao fluxo e (re)fluxo de pessoas e mercadorias ao núcleo urbano, que pode funcionar como centro polarizador de atividades, cujo crescimento depende dos investimentos e de seu reflexo no desenvolvimento. O crescimento econômico, em particular, é próprio de áreas beneficiadas por um ou vários agentes de produção que podem desenvolver diversas funções, como as comerciais, gerando maior circulação de pessoas na cidade. Assim,

Shoppings, subcentros, eixos comerciais são uma prova de como o comércio tem uma relação indissociável com a cidade, criando novos espaços para a reprodução do capital e também da sociedade. A concentração demasiada de capital e estruturas produtivas no espaço urbano leva a concentração e também à (re)concentração, influenciando na organização interna da cidade. É preciso entender que o fenômeno urbano tende a se reproduzir em suas mais diferentes escalas, desde as pequenas cidades até as metrópoles globais (SOUZA, 2009, p. 67).

Nesse contexto, as atividades econômicas terciárias desempenham papel fundamental na organização, articulação e dinâmica dos centros urbanos. Nos dias de hoje, ganham destaque novas formas de consumo que equivalem aos setores modernos dos estabelecimentos comerciais, administrativos e financeiros e das novas práticas socioculturais impressas em forma de serviços relativos ao lazer, ao turismo e ao entretenimento. Desse modo, as “atividades

comerciais e de serviços, com transformações, permanecem [...], pois são constitutivas do modo de vida urbano e, portanto, da forma urbana” (PINTAUDI, 2005, p. 143-144).

Nessa perspectiva, considera-se que a análise do setor terciário permite compreender melhor o espaço urbano e sua centralidade. Isso porque

na sociedade contemporânea, as áreas destinadas ao setor terciário nas cidades representam muito mais do que simples lugares de compras ou de abastecimento das famílias. Para a grande massa de população urbana, estas se transformam em verdadeiros espaços de vida, simultaneamente, um modo de integração e uma linguagem de comunicação com o mundo social que, por sua vez, para a ‘nova’ cidade, pela importância de sua volumetria e a espetacularidade da sua arquitetura e *design*, bem como pelas multidões que cotidianamente lhe rendem visita e, ainda, pelo papel que desempenham na regeneração e reabilitação de algumas áreas, revelam ser um componente imprescindível à sua organização e funcionamento, atestando o papel fundamental do setor terciário na produção/reprodução e/ou reconfiguração espacial do espaço urbano na atualidade (NASCIMENTO, 2007, p. 150).

Nesse sentido, pode-se dizer que as cidades são espaços complexos, onde há uma variedade de lugares e de territórios com formas e nomenclaturas, que se manifestam nas relações econômicas e socioculturais. “Vista assim, a cidade é multiplicadora de interações [...], onde o conjunto de relações de poder estabelecidas no seu espaço físico lhe dá conteúdo e forma” (GOMES, 2009, p. 127).

Nesse processo, as cidades apresentam dinâmicas diferentes, conforme suas peculiaridades e a distribuição espacial de suas atividades. O setor terciário é, sem dúvida, fundamental na definição de um centro e sua centralidade, uma vez que sua importância está relacionada a variedade de funções e ao grau de intensidade das relações que são desencadeadas a partir dos elementos fixos e dos fluxos, bem como ainda das mudanças nas formas de consumo, considerando as demandas locais, o que pode promover uma maior centralização ou descentralização funcional em relação a determinado espaço da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os processos de centralização, descentralização e (re)centralização das atividades terciárias do centro da cidade de Nova Cruz-RN, como forma de compreender a dinâmica e a centralidade urbana neste bairro da cidade.

A pesquisa em questão permitiu compreender como se configura o centro da cidade de Nova Cruz, a partir da centralidade intraurbana das atividades terciárias. Estas, marcaram a vida econômica da cidade, seja através da feira livre municipal, seja através dos serviços, especialmente as atividades bancárias, até hoje presentes neste importante espaço da cidade.

O terciário, de fato, figura como o setor mais dinâmico da cidade, fazendo do centro o bairro mais frequentado por consumidores, atraídos, primeiro, pela funcionalidade da feira enquanto elemento de expressão regional, segundo, por concentrar diversos serviços que contribuíram para que esta área se consolidasse como local onde se expressa centralidades.

Contudo, o centro mudou e já apresenta uma nova realidade, visto não contar mais com uma das mais importantes formas comerciais, a feira, que se instalou em outro bairro da cidade, o que reduziu a circulação de pessoas e concentração de atividades na área. Esta desconcentração resultante desta forma de comércio popular, entretanto, não fez desaparecer os serviços, que de certa forma, continuaram a fazer do centro um lugar onde ainda existe centralidade, determinada, principalmente, pelos serviços educacionais e pelas atividades bancárias, que atraem não só a população local, mas também de cidades circunvizinhas.

REFERÊNCIAS

- BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia urbana. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTELLS, M. A questão urbana. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2000.
- CORRÊA, R. L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COUTINHO, S. A. Dinâmica de duas vias comerciais da cidade de Nova Cruz-RN. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 57-67. jan./abr. 2013.
- FERNANDES, J. A. R. Urbanismo Comercial – A Experiência Portuguesa. Revista da Faculdade de Letras, v. 10, n. 11, p. 105-125, 1994-1995.
- FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. O espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades: uma análise de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 75-94, dez. 2007.
- FRESCA, T. M. O espaço metropolitano de Londrina-PR: novas centralidades e mercado imobiliário. Revista de Geografia, Recife, v. 30, n. 2, p. 51-78, 2013.
- GOMES, R. C. C. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social. Manaus: UFAM, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituições financeiras 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/nova-cruz/pesquisa/29/21910>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- MILANI, P. H.; SILVA, E. A. Centralidade urbana: um estudo do centro principal de Três Lagoas-MS. Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 1, n. 9, p. 1-10, 2009.
- NASCIMENTO, G. G. Setor terciário da economia e organização do espaço urbano: uma breve análise a luz de seus aspectos históricos e sociais. Revista de Geografia, Recife, v. 24, n. 3, p. 138-152, set./dez. 2007.
- PACHECO, S. M. M. Recentralização e os serviços na cidade do Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 1., 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2005.
- PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da Geografia. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- ROCHFORT, M. Regionalização e rede urbana. R. RA'EGA, Curitiba, n. 7, p. 115-121, 2003.
- SANTOS, J. C. F. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. Scripta Nova, v. 9, n. 194, ago. 2005.
- SANTOS, M. Manual de geografia urbana. São Paulo: Hucitec, 1989.
- SANTOS, M. Espaço e método. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, O. T. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: SIMPURB, 13, 2013. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- SILVA, W. R. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. Revista de Geografia, Londrina, v. 12, n. 2, p. 21-44, jul./dez. 2003.
- SILVA, W. R. Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana. Londrina, 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2006.
- SOUZA, M. V. M. Cidades médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia, 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

WHITACKER, A. M. Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto. 2003. Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, 2003.